

Servidores resistem e intensificam



Novas estratégias marcam fortalecimento da greve

Servidores vão à Brasília gritar pelo direito à reposição salarial. Os que ficam em SP, ampliam busca de apoio a parlamentares para derrubar veto ao PLC 28

O Comando de Greve dos servidores do Judiciário Federal em São Paulo decidiu em reunião realizada na sexta-feira, 31, as ações de ampliação e fortalecimento da greve. Uma das deliberações é enviar uma caravana a Brasília, onde servidores do Judiciário de todo o país promovem um Ato Nacional nesta quarta-feira (5). No dia seguinte, eles se juntam a outras categorias do funcionalismo federal no Ato Nacional dos Servidores Públicos Federais.

A caravana deve levar principalmente servidores do interior do Estado, já que os da capital estarão concentrados em intensa mobilização

programada para esta semana na cidade, como atos e assembleias setoriais no JEF, TRE e TRT, e assembleia geral para intensificar a mobilização.

Busca de apoio

Também é tarefa para essa semana, intensificar uma ofensiva para obter o apoio do maior número possível de deputados federais e senadores do Estado à derrubada do veto da presidente Dilma Rousseff (PT) ao projeto de reposição salarial da categoria (PLC 28/2015).

No último sábado (1º), representantes da categoria fizeram visitas a deputados e já conseguiram manifes-

tos contra o veto. Outros parlamentares serão procurados nos próximos dias, com prioridade para os líderes partidários.

Discussão política

O Comando Estadual avalia que a greve atravessa um momento decisivo e que é preciso para pressionar o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do STF, e os presidentes dos tribunais superiores a defenderem o PLC 28, bem como o conjunto do Legislativo e conquistar a reposição salarial.

Para isso, porém, é preciso enfrentar em cada local de trabalho a pressão

das chefias, que tentam enfraquecer a mobilização com ameaças e punições, a exemplo da Portaria GP 45/15 e de decisões semelhantes de outros TRTs, e a decisão do STF sobre os Quintos que ameaça direitos e salários.

Para o Comando, também que é importante estabelecer uma discussão política com a categoria, esclarecendo sobre o papel da greve e sua relação com a difícil conjuntura política e econômica por que passa o país. Essa discussão será feita na próxima Assembleia Geral, que deverá contar com um palestrante convidado. A Assembleia está marcada para a quarta-feira, 5, às 14h, no Fórum Ruy Barbosa.



Calendário Nacional

- ☑ 04/08 - 11h - Reunião do Comando Nacional de Greve, na Fenajufe
- ☑ 05/08 - 15h - Ato Nacional dos servidores do Judiciário Federal e MPU
- ☑ 06/08 - 9h - Ato Nacional dos Servidores Públicos Federais, em Brasília.

Calendário Estadual

- ☑ 04/08 - 11h - Concentração e arrastão no JEF
- 14h - Ato no Juizado Especial Federal - JEF, na Avenida Paulista
- ☑ 05/08 - 11h - Reunião do Comando de Greve, no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa (Barra Funda)
- 14h - Assembleia Geral no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa (Barra Funda)
- ☑ 06/08 - 12h30 - Ato no TRE - Prédio Miquelina
- ☑ 07/08 - 10h30 - Ato na Execuções Fiscais
- 14h - Forró da Greve na Execuções Fiscais

ASSEMBLEIA GERAL

Dia 05, às 14h, no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa (Barra Funda)

Greve pressiona Renan a pautar o veto

Em reunião com servidores em Maceió, senador prometeu que veto entra na pauta até o dia 20 de agosto

Divulgação



Servidores pressionaram com manifestação e 30 conseguiram reunião com senador, no diretório do PMDB

Os servidores em greve de Alagoas conseguiram que o presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, se comprometesse a pautar a apreciação do veto ao PLC 28/2015 até o dia 20.

Essa promessa do parlamentar foi arrancada por força da pressão da manifestação que a categoria realizou em frente ao Diretório do PMDB daquele estado. Mais de 30 servidores foram recebidos por ele. O coordenador Geral do Sindjus/AL, Paulo Falcão, entregou um documento ao senador e solicitou o compromisso dele em apoiar a derru-

bada do veto e que, no uso das prerrogativas como presidente do Congresso Nacional, antecipasse a pauta de votação do veto ao PLC 28 e a votação do PLC 41 dos servidores do MPU.

O Senador recebeu o documento e disse que irá colocar o veto na pauta, esclarecendo que se não for feito, a pauta será trancada. "Assumo a obrigação de apreciação do veto. Não temos divergência contra apreciação do veto", disse, informando que dará o mesmo tratamento ao PLC 41/2015 dos servidores do MPU.

Fonte: Sindjus/AL

JT elege servidores para Comissão Paritária

Eleitos representarão a categoria na discussão da Portaria GP 45/15

Divulgação



Servidores votam pelos representantes da comissão que deve assegurar o direito de greve

Os servidores da Justiça Trabalhista escolheram na tarde desta segunda-feira, 3, em assembleia setorial os colegas que representarão a categoria na comissão paritária formada para discutir a Portaria GP 45/15.

A portaria, publicada na última segunda-feira, 27, fixa em 70% o percentual mínimo de servidores que devem trabalhar em cada unidade da JT durante a greve e a suspensão do vale alimentação e transporte dos grevistas.

A Comissão tem o objetivo de analisar os casos alvos de reclamações de que os serviços essenciais não estejam sendo cumpridos, o que, segundo a desembargadora, motivou a publica-

ção da portaria.

Como membros titulares da comissão foram eleitos Inês Leal, Tauff Ganem e Henrique Sales. Os suplentes são Marcus Vergne, Renata Filsner e Marcelo Penna. Além dos servidores, a comissão conta com a participação de um chefe de setor e dois juizes de 1ª instância, indicados pela presidência do Tribunal.

"A criação da comissão é uma grande vitória e só foi possível pela força da nossa greve, não vamos aceitar assédio e repressão", afirma o servidor da JT Henrique Sales.

A primeira reunião da comissão acontecerá na próxima quarta-feira, 5, às 9h, no TRT-2, na Rua da Consolação.

Greve se fortalece no TRE

Servidores de setores estratégicos do Tribunal param por tempo indeterminado

Divulgação



Servidores do Eleitoral fizeram arrastões no prédio da Miquelina

A greve por tempo indeterminado começou nesta semana no TRE com a adesão de servidores de setores estratégicos, como as Secretarias Judiciária, de Tecnologia da Informação e de Finanças, além das seções de Controle Interno e de Engenharia e Arquitetura.

Com a perspectiva de ampliar a adesão à greve no Tribunal, os servidores

fizeram nesta segunda-feira, 3, um arrastão no prédio da Miquelina. Nesta terça-feira, haverá concentração de grevistas em frente ao prédio a partir das 11h, além de um arrastão no prédio da Brigadeiro.

Os servidores dos cartórios eleitorais, na capital e no interior, também estão sendo convocados a se juntar à mobilização.

Sindicato conclama categoria a defender decisões dos quintos

O STF publica acórdão sobre ação dos quintos; sindicato vai lutar jurídica e politicamente contra qualquer ameaça à decisão judicial transitada em julgada e à incorporação

Os servidores voltaram a se indignar com o Supremo Tribunal Federal por conta da publicação do acórdão do ministro Gilmar Mendes referente ao julgamento dos quintos, ocorrido em março deste ano. A categoria teme que haja reflexos nos salários ou em decisões já transitadas em julgado.

O Sintrajud considera inadmissível qualquer ameaça de redução salarial, que seria agravada por um contexto de inflação alta, nove anos de perdas no valor real da remuneração e bloqueio do governo federal aos projetos

que recompõem a remuneração.

A decisão do Supremo é contra a incorporação dos quintos referentes ao período de abril de 1998 a setembro de 2001. O governo atuou pelo julgamento, tendo talvez como alvo mais direto os servidores do Executivo – cujas ações em geral ainda tramitavam –, mas também os trabalhadores do Judiciário.

À época, foi apontada como parte do pacote do 'ajuste fiscal', que busca reduzir despesas para fazer superávit primário e assegurar recursos para pagar os juros das dívidas públicas.

O Sintrajud reafirma a sua posição de lutar política e juridicamente para que essa decisão do STF não incida sobre ações em execução ou ameacem os valores incorporados. Há base legal

para isso e eventuais desdobramentos contrários aos servidores se confrontariam com decisões judiciais anteriores.

A incorporação em geral se deu por atos administrativos ocorridos há mais de cinco anos e há uma ação coletiva do sindicato transitada em julgado, com previsão de pagamento de atrasados em precatório, com sentença favorável aos servidores.

A Advocacia-Geral da União entrou com ação rescisória contra essa decisão. O advogado César Lignelli, da equipe do Jurídico do Sintrajud, observa que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem posicionamento contrário ao acatamento automático da ação rescisória em decorrência de mudança de jurisprudência.

Os advogados, no entanto, alertam para o fato de que na Justiça nada é matemático e torna-se mais temerário ainda quando há forças políticas oficiais atuando para impor perdas aos servidores.

A direção do Sintrajud conclama a categoria a manter e ampliar a greve para defender a derrubada do veto ao PLC 28, exigir que o Supremo negocie com o governo os recursos necessários para implantá-lo e, agora, também para impedir qualquer ameaça de redução de direitos e de salários.

Essa questão será discutida incluída na pauta da assembleia geral, que será realizada na quarta-feira, dia 5, no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa (Barra Funda), às 14h.

**Fortaleça a luta da categoria:
DOE PARA O FUNDO DE GREVE**

Banco do Brasil - Banco nº 001 - Ag. 0018-3 - Conta-DV: 535.503-6 - Variação 51 / Caixa Econômica Federal - Banco nº 104 - Ag. 1004 - Operação 22 - Conta-DV: 49-9

Escolha a opção "CONTA POUPANÇA"